



Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público
de transporte urbano de passageiros
em autocarro no Município de Loulé

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso público internacional tem por objeto aquisição da prestação de serviço público de transporte urbano de passageiros em autocarro, no Município de Loulé, de acordo com a identificação, características, quantidades e requisitos constantes das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.
2. Classificação CPV: 60112000-6 Serviços de transporte público rodoviário.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Loulé Concelho Global, E.M., com sede comercial na Rua José Afonso, Lote 61 - R/C, código postal 8100-592, em Loulé, telefone n.º (+351)289401080, fax n.º (+351)289401089 e endereço de correio eletrónico contratacao@lcglobal.pt.

Artigo 3.º

Tipo de procedimento e fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento de concurso público com publicidade internacional tem enquadramento legal no disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado apenas por “CCP”), e foi adotado tendo em conta o facto de o seu valor estimado exceder os limiares a que se refere a alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP.

Artigo 4.º

Fundamento da não divisão em lotes (artigo 46.º-A, n.º 2 do CCP)

A decisão de não divisão em lotes do presente procedimento tem por fundamento o facto de o tipo de prestação em causa, que por imperativos técnicos, funcionais e de escala, tornam a gestão de um único contrato mais eficiente, nomeadamente a necessidade de se sobre dimensionar os meios a afetar à operação. Relativamente ao material circulante é necessário, para efeitos de manutenção, afetar alguns equipamentos para substituir aqueles que normalmente são utilizados. Da mesma forma para os meios humanos é necessário afetar um excedente para efeitos de férias, folgas, licenças e faltas. Considerando a reduzida dimensão da operação, em comparação com

a dimensão de outras operações de transporte público, a divisão em lotes implicaria numa sobrecarga de meios técnicos, humanos e financeiros para toda a operação. A divisão em lotes de uma operação com estas dimensões pode ter como consequência o desinteresse dos agentes económicos, levando por isso à subida de preços.

Artigo 5.º

Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar, de autorização de despesa e de aprovação das peças do procedimento foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Loulé Concelho Global, E.M., nos termos do n.º 1, do artigo 36.º, do CCP.

Artigo 6.º

Júri

O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 5 elementos (3 efetivos e 2 suplentes), designado pelo órgão competente para a decisão de contratar e cuja composição se encontra indicada na decisão de contratar.

Artigo 7.º

Plataforma eletrónica

1. O presente procedimento é integralmente tramitado na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis, desde o dia da publicação do anúncio do presente procedimento no *Jornal Oficial da União Europeia*, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O acesso e a utilização da Plataforma Eletrónica pelos interessados e pelos concorrentes são, em especial, regulados pelo regime jurídico das plataformas eletrónicas de contratação pública aprovado pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e pela demais legislação e regulamentação que se encontre em vigor e/ou a substitua.
4. Em caso de dúvida sobre a credenciação e utilização da Plataforma Eletrónica, devem os interessados ou concorrentes contactar, oportuna e antecipadamente, o suporte técnico da mesma.

Artigo 8.º

Concorrentes

1. Podem apresentar-se ao concurso os concorrentes que não se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP e que cumpram as disposições estabelecidas no presente programa do procedimento seguintes, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. É permitida a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Com exceção das situações previstas no número 7 do presente artigo, após a apresentação da proposta, a composição do agrupamento não pode sofrer quaisquer alterações, sob pena de exclusão da proposta.
6. Para efeitos do número anterior, são consideradas alterações dos membros a entrada de novos membros, a troca ou substituição de membros. Pelo contrário, não são consideradas alterações na constituição do agrupamento designadamente, a mudança da composição do capital social de algum ou de alguns dos seus membros, a alteração dos sócios, acionistas ou beneficiários efetivos de algum ou alguns dos seus membros, a alteração dos sócios ou acionistas com influência dominante sobre algum ou alguns dos seus membros, a alteração de estruturas jurídicas ou societárias de algum ou alguns dos seus membros, salvo quando estas mudanças possam causar situações suscetíveis de fazer o concorrente incorrer numa situação de conflito de interesses.
7. A Entidade Adjudicante autoriza a saída de um ou vários membros de um agrupamento de concorrentes (sem, contudo, se admitir a sua substituição), mediante requerimento por parte do concorrente (ou do adjudicatário, se o procedimento já se encontrar nessa fase) desde que este demonstre, exclusivamente por referência aos documentos já entregues com a proposta que,

sem tal membro ou membros, o concorrente (ou adjudicatário) continua a cumprir com os requisitos de participação no procedimento.

8. Em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se na modalidade de consórcio externo, devendo ficar expressamente consagrado no contrato de consórcio, sob pena de caducidade da adjudicação, a assunção de todos, perante a Entidade Adjudicante, de uma responsabilidade solidária pela execução integral das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

Artigo 9.º

Inspeção dos locais afetos à prestação de serviço e informações adicionais para consulta dos interessados

1. Durante o primeiro terço do prazo para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar à entidade adjudicante a inspeção aos locais, às instalações e às infraestruturas do serviço público que entendam necessária para a boa execução do contrato a celebrar e realizar neles os reconhecimentos que considerem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento do serviço público existente.
2. Os interessados que pretendam inspecionar os locais com acompanhamento, nos termos do número anterior, devem requerê-lo, por escrito, através da plataforma eletrónica no artigo 7.º do presente Programa do Procedimento.
3. A visita ao local, caso tenha sido requerida por algum interessado, ocorre durante o segundo terço do prazo para a apresentação de candidaturas, e é agendada pela entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica referida no artigo 7.º, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à data da visita.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os concorrentes têm o ónus de se inteirarem localmente das condições dos locais e dos bens afetos à prestação de serviço e de todas as condicionantes inerentes à execução do Contrato, designadamente as que influam no modo de execução das obrigações nele previstas, devendo proceder a todas as avaliações, indagações, reconhecimentos e medições necessários à apresentação das suas propostas.

5. Os concorrentes não podem, em caso algum, em qualquer momento do período de formação do Contrato ou durante a execução do mesmo, invocar o desconhecimento de quaisquer condições dos locais e bens afetos à prestação de serviço ou condicionantes de execução do Contrato quanto ao que examinaram ou poderiam ter examinado, ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à Loulé Concelho Global, E.M. ou a qualquer outra entidade, como fundamento para incumprimento das suas obrigações legais de natureza procedimental ou contratual.
6. Se algum interessado não solicitar, não comparecer à e/ou prescindir da realização da «inspeção dos locais», não poderá vir a invocar tal facto, seja a que título for, designadamente na proposta, como desconhecimento ou como diminuição da sua responsabilidade.

Artigo 10.º

Esclarecimentos e retificações

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do presente concurso serão prestados pelo Júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No mesmo prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Os esclarecimentos e retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

Artigo 11.º

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos (ou elementos), sob pena de exclusão, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 146.º do CCP:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/>, o qual deverá ser devidamente preenchido e assinado, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico”;
 - ii. “Importar um DEUCP”;
 - iii. “Carregar documento” - selecionar o ficheiro disponibilizado pela Entidade Adjudicante na plataforma eletrónica;
 - iv. Selecionar o país do concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela Entidade Adjudicante;
 - vi. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, e enviar junto aos documentos da proposta; o documento deverá ter a designação “DEUCP_*[designação concorrente]*.pdf”.
 - b) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa do Procedimento com indicação do preço total global da proposta.
[O preço total global da proposta não poderá exceder o preço base previsto no Caderno de Encargos]
 - c) Modelo de Apresentação da Proposta, previsto no Anexo VII, do presente Programa do Procedimento;
 - d) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais se pretende que o concorrente se vincule, designadamente, as condições de pagamento;
 - e) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a apreciação da mesma.
2. A indicação do preço deverá conter o valor numérico expresso em Euros e por extenso, não incluindo IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que ao preço acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. Caso exista

- divergência entre o preço numérico e o indicado por extenso, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso;
3. O valor do IVA deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço por quilómetro em cheio. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.
 4. No caso em que algum concorrente se encontre em alguma (ou várias) das situações de impedimento previstas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, e tenha adotado medidas para demonstrar a sua fiabilidade (medidas de auto-limpeza ou *self-cleaning*), deverá assinalar e indicar, na Parte III do DEUCP, e por referência apenas às situações de impedimento que, nos termos do CCP, admitem *self-cleaning*, quais as medidas concretamente tomadas que demonstrem a sua idoneidade nos termos do n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP.
 5. Tendo em conta que as situações em relação às quais o CCP admite a relevação (*self-cleaning*) são em número inferior às previstas na Diretiva 2014/24/UE e, nessa medida, não são coincidentes com todas as que constam no DEUCP, desde já se clarifica que serão sempre excluídas as propostas apresentadas por concorrentes que se encontrem em alguma situação de impedimento prevista no artigo 55.º do CCP em relação à qual o CCP não admita a possibilidade de relevação (*self-cleaning*), ainda que tal concorrente tenha adotado medidas que demonstrem a sua idoneidade e fiabilidade no que respeita a tal impedimento e as tenha indicado no DEUCP.
 6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser preenchido e apresentado um DEUCP por cada membro que o integra, devendo ser assinados pelo representante comum do agrupamento ou, caso o agrupamento não o tenha designado, pelo membro do agrupamento (ou seus representantes) a que cada um dos DEUCP em causa respeita.

Artigo 12.º

Idioma dos documentos

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no art.º 58.º, do CCP, com exceção da documentação técnica (catálogos, certificados, referências e similares) ou os documentos, que pode ser redigida em língua inglesa ou espanhola.

2. Excetuam-se, igualmente, do disposto na primeira parte do número 1 anterior, a utilização, pontual e esporádica, de expressões em língua estrangeira importadas para a língua portuguesa, ou que sejam reconhecida e objetivamente usados em Portugal, ou sejam de compreensão generalizada, pelo menos, no âmbito do setor a que se refere o objeto do contrato, bem como a utilização de referências ou conceitos técnicos em língua estrangeira que sejam vulgarmente utilizadas em língua estrangeira no âmbito daquele setor e áreas de atividade.
3. Salvo na situação prevista na parte final do número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem originariamente redigidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, salvo os referidos na parte final do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 13.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 14.º

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às **23:59:59 do 30.º dia contado da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia**, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas na plataforma, bem como para procederem à sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, devendo, ainda, certificar-se que têm instalados todos os programas, aplicações, dispositivos ou outros componentes necessários para poderem operar corretamente com a plataforma eletrónica indicada no artigo 7.º, e que estes (ou as versões instaladas) são compatíveis com a referida plataforma eletrónica, uma

vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1, do presente artigo.

4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las sempre que o pretendam, podendo, neste caso, querendo, apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 15.º

Forma e local de apresentação da proposta

1. Os documentos da proposta - tal como identificados no n.º 1 do artigo 11.º - são integrados em ficheiros informáticos (“documentos digitais”), os quais devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública referida no artigo 7.º.
2. Cada ficheiro informático pode conter um ou mais documentos da proposta - que se encontram identificados no n.º 1 do artigo 11 - devendo, todos e cada um dos ficheiros informáticos submetidos na plataforma que contenham documentos da proposta, ser assinados individualmente mediante a aposição, em todos e cada um deles, de uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de a proposta ser excluída.
3. Se cada um dos ficheiros contiver vários documentos da proposta (tal como identificados no n.º 1 do artigo 11.º) consideram-se assinados todos os documentos contidos nesse ficheiro, bastando, para o efeito, que nesse ficheiro tenha sido aposta uma assinatura eletrónica qualificada.
4. Os ficheiros que contêm os documentos da proposta, aos quais se referem os números anterior, podem, se o concorrente assim o entender, vir a ser integrados num ou vários ficheiros de compressão; no entanto, para que a proposta se considere assinada não basta que apenas o(s) ficheiro(s) de compressão se encontre(m) eletronicamente assinado(s), sendo obrigatória neste(s) caso(s), sob pena de exclusão, que seja aposta assinatura eletrónica em todos e cada um dos ficheiros inseridos no ficheiro de compressão, em conformidade com o disposto nos números anteriores.
5. Os certificados qualificados de assinatura eletrónica referidos no número anterior devem ser certificados próprios dos concorrentes ou dos seus representantes

legais, e devem ser emitidos por entidade autorizada para o efeito e devidamente registada na Autoridade Certificadora disponível em www.gns.gov.pt.

6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, e salvo se os documentos da proposta forem assinados por aposição de assinatura eletrónica qualificada que permita certificar a qualidade e os poderes de representação do signatário, a proposta deve ser ainda acompanhada do(s) documento(s) oficial(is) que, nos termos da lei, permitam aferir da respetiva qualidade e suficiência de poderes para a prática do ato em representação do candidato ou dos membros do agrupamento.
7. A não apresentação do(s) documento(s) a que se refere o número anterior constitui uma irregularidade suprimível nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, desde que o documento oficial em causa permita certificar a existência, à data de apresentação da proposta, dos poderes necessários para vincular o concorrente, sem prejuízo de tal documento poder ter uma data posterior.
8. No caso em que algum dos documentos instrutores da proposta não possa ser materialmente apresentado por via eletrónica, poderá o mesmo ser apresentado na sede da Entidade Adjudicante, em mão ou por meio de correio registado, nos termos e com as menções constantes do n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 16.º

Manutenção da proposta

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo mínimo de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo este prazo automaticamente prorrogado por iguais períodos, caso o concorrente não se oponha a tal prorrogação antes de decorrido o prazo inicial ou alguma das suas renovações.

Artigo 17.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, com base nos seguintes fatores, subfactores e subsubfactores, e tendo em conta o modelo de avaliação previsto no Anexo II ao presente Programa do Procedimento:

FATORES / SUBFATORES	Ponderação
1. Qualidade do serviço prestado aos passageiros	40%
1.1. Número de veículos	25%
1.1.1. Número de veículos a afetar em exclusividade	90%
1.1.2. Número de veículos de substituição	10%
1.2. Número lugares comerciais oferecidos	25%
1.3. Idade média da frota	15%
1.3.1. Idade média dos veículos a afetar em exclusividade	90%
1.3.2. Idade média dos veículos de substituição	10%
1.4 Recursos Humanos a afetar à prestação de serviço	10%
1.4.1. Motoristas a afetar em exclusividade	90%
1.4.2. Motoristas a afetar em substituição	10%
1.5. Dispositivo de embarque para passageiros com mobilidade reduzida	10%
1.6. Transporte de bicicletas	5%
1.7. Sistema de bilhética móvel	5%
1.8. Informação aos passageiros	5%
2. Motorização	30%
3. Preço por Km em carga	30%

2. Para efeitos do cálculo da idade dos veículos, considera-se como data de referência a idade dos veículos à data do termo do prazo para entrega de propostas. Calcula-se em n.º de dias utilizando para o cálculo desse intervalo a data da primeira matrícula e a data limite de apresentação da proposta.
3. Caso a aplicação do critério definido no número anterior determine o empate entre duas ou mais propostas classificadas no primeiro lugar, impedindo a adjudicação, serão as mesmas ordenadas em função da pontuação que cada uma delas obtiver sucessivamente nos fatores de avaliação por ordem decrescente de ponderação relativa, pela seguinte ordem:
 - a. “Qualidade do serviço prestado aos passageiros;

- b. “Preço por km em carga”
 - c. “Motorização”.
4. Caso, após a aplicação dos critérios de desempate referidos no ponto anterior a situação de empate ainda se mantiver, serão as mesmas ordenadas em função da pontuação que cada uma delas obtiver sucessivamente nos subfatores de avaliação (previstos nos pontos 1.1. a 1.8. do quadro constante do n.º 1 do presente artigo e sem considerar os subsubfatores) pela ordem pela qual são indicados no referido quadro pela ordem de 1.1. a 1.8.
 5. Caso, após a aplicação dos critérios de desempate referidos no ponto anterior, a situação de empate ainda se mantenha, o desempate far-se-á através da pontuação obtida nos subsubfatores pela seguinte ordem: 1.1.1., 1.3.1., 1.4.1., 1.1.2., 1.3.2. e 1.4.2.
 6. Se, após a aplicação dos critérios de desempate referidos no presente artigo, o empate ainda persistir, realizar-se-á um sorteio, a realizar num ato público, para o qual deverão ser convidados a estar presentes todos concorrentes, devendo nele participar os concorrentes cujas propostas se encontrem empatadas.

Artigo 18.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri solicita aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 19.º

Audiência prévia

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 147.º e 148.º do CCP.
2. Os concorrentes dispõem de 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.
3. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no relatório preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do relatório final da análise das propostas.

Artigo 20.º

Notificação da decisão de adjudicação

A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final de análise das propostas é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo III, de acordo com a alínea a), do n.º 1, do art.º 81.º, do CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimentos previstas nas alíneas b), d), e) e h), do art.º 55.º, do CCP, designadamente:

- a) Certificado de registo criminal do Adjudicatário e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, caso o Adjudicatário seja uma pessoa coletiva;
 - b) Certidão emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social comprovativa de que o Adjudicatário tem a sua situação contributiva regularizada;
 - c) Certidão emitida pela Autoridade Tributária comprovativa de que o Adjudicatário tem a sua situação contributiva regularizada.
 - c) Certidão do registo comercial atualizada ou código de acesso para consulta da certidão permanente *online*, caso o Adjudicatário seja uma pessoa coletiva
 - d) Comprovativo do licenciamento da atividade nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, na redação em vigor, e restante legislação aplicável.
2. O Adjudicatário deverá apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica de contratação pública, no endereço eletrónico www.acingov.pt ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através do endereço de correio eletrónico da entidade adjudicante, mencionado no artigo 2.º do presente programa, com exclusão de qualquer outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do presente programa do procedimento, a apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caducidade da adjudicação, de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá ainda exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, nos casos em que a reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 e exista dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. Quando o Adjudicatário for um Agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:
- a) Os documentos previstos na alínea a) e na alínea b) do número 1, devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento;

- b) Os documentos referidos na alínea d) devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
6. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário deverão, obrigatoriamente, ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de se encontrarem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente certificada nos termos da lei nacional, prevalecendo, em qualquer caso, a versão portuguesa.

Artigo 22.º

Confirmação de compromissos de terceiras entidades

Caso, de acordo com a proposta adjudicada, se encontrar previsto que o Adjudicatário irá recorrer a entidades terceiras para efeitos da execução de algumas das prestações do contrato a celebrar, deverá este apresentar, no mesmo prazo concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, declaração emitida por aquelas entidades, nos termos da qual, se comprometam, de forma expressa, inequívoca e incondicional, a fornecer os Bens ou a prestar os Serviços nos termos previstos no Caderno de Encargos, conforme modelo constante no Anexo IV ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 23.º

Prazo para a supressão de irregularidades

As irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, são suprimidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de receção da notificação para a apresentação dos documentos ou elementos em falta, nos termos do art.º 86.º do CCP.

Artigo 24.º

Prestação de caução

1. Para garantir a celebração do contrato bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, o Adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total do preço contratual, com exclusão do IVA, nos modos previstos no artigo 90.º do CCP.

2. A caução é prestada por depósito em dinheiro (em termos idênticos ao modelo constante do Anexo V ao presente Programa do Procedimento) ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
3. No caso de caução prestada mediante garantia bancária, esta deverá ser emitida por um estabelecimento bancário legalmente autorizado, em termos iguais ou, pelo menos, idênticos aos do modelo constante do Anexo VI ao presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante, devendo, em qualquer caso, expressamente consagrar, designadamente, que:
 - a) O estabelecimento bancário garante, sem quaisquer reservas e incondicionalmente, fazer a entrega à Entidade Adjudicante de todas e quaisquer importâncias, até ao limite do valor da caução, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data em que seja interpelado pela mesma para esse efeito, mediante simples notificação escrita, sem necessidade de qualquer justificação ou fundamentação por parte da Entidade Adjudicante;
 - b) Findo o prazo estipulado na alínea anterior sem que o pagamento seja realizado pelo estabelecimento bancário, serão devidos juros de mora, contados à taxa legal supletiva relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, nos termos do §5 do artigo 102.º do Código Comercial, sem prejuízo da faculdade de execução imediata da dívida assumida por aquele;
 - c) O estabelecimento bancário não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s) ou invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato no âmbito do presente procedimento, ou com as obrigações daí emergentes, sendo-lhe igualmente vedado opor à Entidade Adjudicante quaisquer reservas ou meios de defesa de que se possa valer face ao(s) garantido(s) ou de que este(s) se possa(m) valer face ao garante;
 - d) A garantia não poderá, em qualquer circunstância, ser denunciada, permanecendo válida até ao final do prazo de garantia fixado no contrato e até que a Entidade Adjudicante autorize, expressamente e por escrito, o seu cancelamento;

- e) A garantia não poderá, em qualquer circunstância, ser anulada ou alterada sem o consentimento expresso, por escrito, da Entidade Adjudicante, independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.
- 4. No caso de caução mediante seguro-caução, é exigida a apresentação de uma apólice subscrita perante uma entidade legalmente autorizada a realizar este tipo de seguro, devendo tal apólice consagrar os termos mencionados nas alíneas a) a e) do número anterior.
- 5. A caução deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 25.º

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é enviada ao Adjudicatário, para aceitação, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato.
3. Em caso de reclamação, o órgão que aprova a minuta, comunica ao Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 26.º

Celebração de contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade de consórcio.

Artigo 27.º

Legislação aplicável

Em tudo o não especificado no presente Programa do Procedimento, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, na sua redação presentemente em vigor, bem como as disposições legislativas aplicáveis de acordo com a natureza do fornecimento a contratar.

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Programa do Procedimento]

.....⁽¹⁾, com sede em⁽²⁾, representada por⁽³⁾, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Procedimento relativo à aquisição da prestação de serviço público de transporte de passageiros em autocarro, no Município de Loulé, obriga-se a executar o contrato em conformidade com os termos e condições previstos no Programa do Procedimento, no Caderno de Encargos e na presente proposta, pelo preço global de €.....⁽⁴⁾ que, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor [*se aplicável*], no valor de €.....⁽⁴⁾, perfaz o montante de €.....⁽⁴⁾, sendo o preço unitário por quilómetro (Km) de €.....⁽⁴⁾, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, afetando para esse efeito⁽⁵⁾ veículos, com as seguintes motorizações:

- 1)⁽⁶⁾ veículos com motorização elétrica;
- 2)⁽⁶⁾ veículos com motorização híbrida;
- 3)⁽⁶⁾ autocarros com motorização a Gás Natural;
- 4)⁽⁶⁾ autocarros com motorização Euro VI;

Mais declara que a presente proposta é válida por 90 dias e renuncia a foro especial, submetendo-se, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (data)

... (assinatura)

(1) Denominação do concorrente.

(2) Morada do concorrente.

(3) Identificação dos representantes do concorrente.

(4) Indicar o valor numérico e por extenso.

(5) Número total de veículos afetos à prestação dos serviços.

(6) Número de veículos afetos à prestação dos serviços por motorização.

Anexo II

Modelo de avaliação de propostas

[a que se refere o número 1 do artigo 18.º do presente Programa do Procedimento]

A. Fatores e subfactores de avaliação e ponderadores

FATORES / SUBFATORES	Ponderação
1. Qualidade do serviço prestado aos passageiros	40%
1.1. Número de veículos	25%
1.1.1. Número de veículos a afetar em exclusividade	90%
1.1.2. Número de veículos de substituição	10%
1.2. Número lugares comerciais oferecidos	25%
1.3. Idade média da frota	15%
1.3.1. Idade média dos veículos a afetar em exclusividade	90%
1.3.2. Idade média dos veículos de substituição	10%
1.4 Recursos Humanos a afetar à prestação de serviço	10%
1.4.1. Motoristas a afetar em exclusividade	90%
1.4.2. Motoristas a afetar em substituição	10%
1.5. Dispositivo de embarque para passageiros com mobilidade reduzida	10%
1.6. Transporte de bicicletas	5%
1.7. Sistema de bilhética móvel	5%
1.8. Informação aos passageiros	5%
2. Motorização	30%
3. Preço por km em carga	30%

1. Qualidade do serviço prestado aos passageiros (40%)

1.1. Número de veículos (25%)

1.1.1. Número de veículos a afetar em exclusividade (90%)

Este Subfactor pretende avaliar a quantidade de veículos que o prestador de serviço pretende colocar em regime de exclusividade ao serviço da rede de transportes “Apanha-me!”.

$$P_{VE} = \frac{100}{3} \cdot N_{VE} - \frac{500}{3}$$

Onde:

P_{VE} - Pontuação para o subfactor “Número de veículos a afetar em exclusividade”

N_{VE} - Número de veículos a afetar em exclusividade.

Serão considerados o intervalo entre 5 a 8 veículos. Menos de 5 veículos a afetar em exclusividade ao serviço a proposta é excluída e 8 ou mais veículos obtém a valorização máxima (100 pontos).

1.1.2. Número de veículos de substituição (10%)

Este Subfactor pretende avaliar a quantidade de veículos que o prestador de serviço pretende colocar em regime de substituição ao serviço da rede de transportes “Apanha-me!”.

$$P_{VS} = 50 \cdot N_{VS} - 50$$

Onde:

P_{VS} - Pontuação para o subfactor “Número de veículos de substituição”

N_{VS} - Número de veículos de substituição.

Serão considerados o intervalo entre 1 a 3 veículos. Menos de 1 veículo a substituir a proposta é excluída e 3 ou mais veículos obtém a valorização máxima (100 pontos).

1.2. Número lugares comerciais oferecidos (25%)

Este Subfator pretende avaliar a quantidade de lugares comerciais oferecidos pela frota proposta pelo prestador de serviço para executar rede de transportes “Apanha-me”, incluindo os veículos de substituição.

$$P_{LCO} = \frac{100}{241} \cdot LCO - \frac{14400}{241}$$

Onde:

PLCO - Pontuação para o subfactor “Lugares comerciais oferecidos”

LCO - Lugares comerciais oferecidos.

São considerados entre 144 (mínimo 24 lugares x 5+1 veículos) e 385 (máximo 35 lugares x 8+3 veículos) lugares. Menos de 144 lugares a proposta é excluída e 385 ou mais lugares obtém a valorização máxima (100 pontos).

1.3. Idade média da frota (15%)

A execução de um serviço com estas características, requer a afetação de meios que possibilitem a continuidade do serviço mesmo quando há necessidade de parar veículos para intervenções de manutenção. Com este fator do modelo de avaliação, pretende-se comparar as propostas relativamente aos meios que são disponibilizados. Consideram-se dois tipos de veículos:

- Veículos afetos à prestação de serviço em regime de exclusividade, caracterizando-se estes veículos por estarem devidamente caracterizados e não sendo possível a sua utilização fora da rede “Apanha-me!”.
- Veículos utilizados em regime de substituição, são veículos descaracterizados que podem ser utilizados para substituir os veículos afetos à prestação de serviço em regime de exclusividade, quando estes últimos estão a sofrer intervenções de manutenção.

1.3.1. Idade média dos veículos a afetar em exclusividade (90%)

Este Subfator pretende avaliar a idade média da frota proposta pelo prestador de serviço afeta em exclusividade para executar rede de transportes “Apanha-

me!”. As diferenças, de datas, na expressão seguinte correspondem a intervalos, em dias, entre as duas datas.

$$P_{IMVE} = \frac{\sum_1^{n_{VE}} \frac{100}{(D_{LEP} - D_{LM})} \times (D_{PMVE n} - D_{LM})}{n_{VE}}$$

Onde:

P_{IMVE} - Pontuação para o subfactor “Idade média dos veículos a afetar em exclusividade”. A idade de cada veículo bem com a idade média será expressa em dias.

D_{LM} - Data Limite para a primeira matrícula. Esta data foi fixada no caderno de encargos onde se estabeleceu que a Primeira matrícula tem de 2014 ou posterior. A data limite para a primeira matrícula é portanto 1 de janeiro de 2014.

D_{LEP} - Data correspondente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 7.º.

$D_{PMVE n}$ - Data da primeira matrícula para cada veículo (veículo n, com n a varia entre 1 e n_{VE}).

n_{VE} - Número de veículos, em exclusividade, propostos.

1.3.2. Idade média dos veículos de substituição (10%)

Este Subfator pretende avaliar a idade média da frota proposta pelo prestador de serviço em regime de substituição para executar rede de transportes “Apanha-me!”

$$P_{IMVS} = \frac{\sum_1^{n_{VS}} \frac{100}{(D_{LEP} - D_{LM})} \times (D_{PMVS n} - D_{LM})}{n_{VS}}$$

Onde:

P_{IMVS} - Pontuação para o subfactor “Idade média dos veículos a afetar em Substituição”. A idade de cada veículo bem com a idade média será expressa em dias.

D_{LM} - Data Limite para a primeira matrícula. Esta data foi fixada no caderno de encargos onde se estabeleceu que a Primeira matrícula tem de ser de 2010 ou posterior. A data limite para a primeira matrícula é, portanto, 1 de janeiro de 2010.

D_{LEP} - Data correspondente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 7.º.

D_{PMVS_n} - Data da primeira matrícula para cada veículo (veículo n, com n a variar entre 1 e n_{VS}).

n_{VS} - Número de veículos, em regime de substituição, propostos.

1.4. Recursos humanos a afetar à prestação de serviço (10%)

A execução de um serviço com estas características, requer a afetação de meios humanos que possibilitem a continuidade do serviço garantindo o cumprimento das obrigações legais em matéria de legislação laboral. Para além disto, considera-se que a manutenção dos mesmos motoristas a realizar o serviço traduz-se numa melhoria de qualidade conseguida pelo conhecimento profundo de toda a rede e da sua operação. Com este fator do modelo de avaliação, pretende-se comparar as propostas relativamente aos meios humanos que são disponibilizados. Consideram-se dois tipos de motoristas:

- Motoristas afetos à prestação de serviço em regime de exclusividade, caracterizando-se estes motoristas por se dedicarem em exclusividade à execução deste serviço não sendo possível a sua utilização fora da rede “Apanha-me!”.
- Motoristas utilizados em regime de substituição, são Motoristas que podem ser utilizados na execução desta prestação de serviço sem a característica de exclusividade e que podem ser utilizados livremente noutros serviços.

1.4.1. Motoristas a afetar à prestação de serviço em exclusividade (90%)

$$P_{ME} = \frac{25}{3} \cdot ME$$

Onde:

P_{ME} - Pontuação para o subfactor “Motoristas a afetar à prestação de serviço em exclusividade”

ME - Número de motoristas a afetar à prestação de serviço em exclusividade. Serão considerados entre 0 e 12 motoristas. Para 12 ou

mais motoristas em regime de exclusividade obtém a valoração máxima (100 pontos).

1.4.2. Motoristas a afetar à prestação de serviço em modo de substituição (10%)

$$P_{MS} = \frac{25}{3} \cdot MS$$

Onde:

P_{MS} - Pontuação para o subfactor “Motoristas a afetar à prestação de serviço em modo de substituição”

MS - Número de motoristas a afetar à prestação de serviço em modo de substituição. Serão considerados entre 0 e 12 motoristas. Para 12 ou mais motoristas em regime de substituição obtém a valoração máxima (100 pontos).

1.5. Dispositivo de embarque para passageiros com mobilidade reduzida (10%)

Este Subfactor pretende avaliar os dispositivos de embarque de passageiros com mobilidade reduzida instalados nos autocarros da rede de transportes “Apanha-me”
Os dispositivos a considerar são os seguintes:

- i. Elevador de funcionamento assistido e rebaixamento do piso da cabine
DPMR = 100 pontos
- ii. Elevador de funcionamento assistido DPMR = 90 pontos
- iii. Rampa de funcionamento assistido e rebaixamento do piso da cabine
DPMR = 80 pontos
- iv. Rampa de funcionamento assistido DPMR = 70 pontos
- v. Elevador de funcionamento manual e rebaixamento do piso da cabine
DPMR = 60 pontos
- vi. Rampa de funcionamento manual e rebaixamento do piso da cabine DPMR = 50 pontos
- vii. Elevador de funcionamento manual DPMR = 40 pontos
- viii. Rampa de funcionamento manual DPMR = 30 pontos.

A pontuação a atribuir a cada concorrente será a pontuação média, considerando a tipologia dos equipamentos instalados em cada veículo e o número de veículos propostos pelo concorrente.

$$P_{DPMR} = \frac{\sum_1^{n_{VE}} DPMR + \sum_1^{n_{VS}} DPMR}{n_{VE} + n_{VS}}$$

Onde:

P_{DPMR} - Pontuação para o subfactor “Dispositivo de embarque de passageiros com mobilidade reduzida”

DPMR - Pontuação correspondente aos dispositivos instalados em cada veículo a afetar à prestação de serviço;

n_{VE} - Número de veículos, em exclusividade, propostos;

n_{VS} - Número de veículos, em regime de substituição, propostos.

1.6. Transporte de bicicletas (5%)

Este Subfactor pretende avaliar a capacidade de transporte de bicicletas nos autocarros afetos em exclusividade à rede de transportes “Apanha-me!”.

$$P_{TB} = \frac{100}{40} \cdot (N_{TB})$$

Onde:

P_{TB} - Pontuação para o subfactor “Transporte de bicicletas”.

N_{TB} - Número total de bicicletas que é possível transportar (no exterior dos veículos) em simultâneo na frota afeta à rede “Apanha-me!”, em regime de exclusividade. Em caso de omissão de informação não será a proposta excluída e considera-se que a pontuação 0 (zero pontos).

Considera-se um número máximo de 5 bicicletas transportadas no exterior de cada autocarro em regime de exclusividade. Para 5 ou mais bicicletas por autocarro obtém a valoração máxima (100 pontos).

1.7. Sistema de bilhética móvel (5%)

Este Subfactor pretende avaliar o sistema de bilhética instalado nos autocarros da rede de transportes “Apanha-me!”, de acordo com a seguinte pontuação:

Descrição do sistema		P _{SBM}
O sistema permite a utilização de bilhética móvel baseada em <i>smartphones</i> com sistema operativo <i>Android</i> e <i>IOS</i> equipados com sistema NFC (<i>Near Field Communication</i>) ou Código QR (<i>Quick Reference</i>)	Sim	100 pontos
	Não	0 pontos

Onde:

P_{SBM} - Pontuação para o subfactor “Sistema de bilhética móvel”.

1.8. Informação aos passageiros (5%)

Este Subfactor pretende avaliar o sistema de Informação aos passageiros instalado no interior dos autocarros da rede de transportes “Apanha-me!”:

$$P_{IP} = \frac{100}{(n_{VE} + n_{VS})} \cdot PI_{IV}$$

Onde:

P_{IP}- Pontuação para o subfactor “Informação aos passageiros”.

PI_{IV}- Número de veículos com painéis informativos no interior. Em caso de omissão de informação não será a proposta excluída e considera-se que não dispõe de painel informativo no interior e obtém a pontuação 0 (zero pontos).

n_{VE} - Número de veículos, em exclusividade, propostos

n_{VS} - Número de veículos, em regime de substituição, propostos

2. Motorização (30%)

Este fator pretende avaliar a motorização dos veículos utilizados para execução do serviço de transporte na rede de transportes “Apanha-me!”.

Se autocarros com (X_n):

Motorização elétrica (M_1)	100 pontos
Motorização híbrida ou a gás natural (M_2)	50 pontos
Motorização Euro VI (M_3)	10 pontos
Motorização Euro V (M_4)	0 pontos

$$P_M = \frac{X_1 \cdot M_1 + X_2 \cdot M_2 + X_3 \cdot M_3}{X_Z}$$

Onde:

P_M - Pontuação do fator “Tipo de motorização”;

X_n - Número de veículos por motorização;

M_n - Motorizações;

X_Z - Número total de veículos.

3. Preço por km em carga (30%)

Este fator pretende avaliar preço proposto para assegurar a realização do serviço de transporte na rede de transportes “Apanha-me!”.

A pontuação do fator “Preço por km em carga”, resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$P_P = 100 - \frac{P_c - 0,5 \cdot P_b}{0,5 \cdot P_b} \cdot 100$$

Onde:

P_P - Pontuação do fator “Preço por km em carga”;

P_c - Preço por km em carga apresentado pelo concorrente;

P_b - Preço base;

No caso de serem admitidas propostas com valor igual ou inferior a 50% do preço base, serão pontuadas com 100 pontos.

B. Pontuação Final

A pontuação final P_F de cada proposta será obtida pela soma algébrica das pontuações de cada um dos fatores, multiplicados pelo respetivo coeficiente de ponderação, de acordo com o seguinte polinómio:

$$P_F = 0,4 \cdot (0,25 \cdot (0,9 \cdot P_{VE} + 0,1 \cdot P_{VS}) + 0,25 \cdot P_{LCO} + 0,15 \cdot (0,9 \cdot P_{IMVE} + 0,1 \cdot P_{IMVS}) + 0,1 \cdot (0,9 \cdot P_{ME} + 0,1 \cdot P_{MS}) + 0,1 \cdot (P_{DPMR}) + 0,05 \cdot P_{TB} + 0,05 \cdot P_{SBM} + 0,05 \cdot P_{IP}) + 0,3 \cdot P_M + 0,3 \cdot P_P$$

P_{VE} - Pontuação para o subfactor “Número de veículos a afetar em exclusividade”;

P_{VS} - Pontuação para o subfactor “Número de veículos de substituição”;

P_{LCO} - Pontuação para o subfactor “Lugares comerciais oferecidos”;

P_{IMVE} - Pontuação para o subfactor “Idade média dos veículos a afetar em exclusividade”;

P_{IMVS} - Pontuação para o subfactor “Idade média dos veículos de substituição”;

P_{ME} - Pontuação para o subfactor “Motoristas a afetar à prestação de serviço em exclusividade”;

P_{MS} - Pontuação para o subfactor “Motoristas a afetar à prestação de serviço em modo de substituição”;

P_{DPMR} - Pontuação para o subfactor “Dispositivo de embarque de passageiros com mobilidade reduzida”;

P_{TB} - Pontuação para o subfactor “Transporte de bicicletas”;

P_{SBM} - Pontuação para o subfactor “Sistema de bilhética móvel”;

P_{IP} - Pontuação para o subfactor “Informação aos passageiros”;

P_M - Pontuação do fator “Tipo de motorização”;

P_P - Pontuação do fator “Preço por km em carga”.

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do presente Programa do Procedimento]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante, junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾], os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

MODELO DE COMPROMISSO DE TERCEIROS

[a que se refere o artigo 23.º do presente Programa do Procedimento]

... (*Nome, número de documento de identificação e morada do representante legal do concorrente*), na qualidade de representante legal de **(1)** ... (*firma, número de identificação fiscal e sede do concorrente ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos e demais peças do procedimento de ... (*designação e número do procedimento em causa*) e, bem assim, da Proposta adjudicada, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga, de forma incondicional, [a fornecer os Equipamentos/a prestar os Serviços objeto do Contrato] e a cumprir as demais obrigações que lhe incumbem, em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos e demais peças do procedimento, e pelos preços e condições constantes da Proposta adjudicada, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

(...)

... (*local*), ... (*data*), ...(*assinatura*).

(1) Aplicável apenas a fornecedores que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o fornecedor ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ANEXO V

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros€

Vai⁽¹⁾, com sede em⁽²⁾, depositar na⁽³⁾, do Banco⁽⁴⁾ a quantia de⁽⁵⁾, em dinheiro/em títulos⁽⁶⁾, como caução exigida para⁽⁷⁾, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de⁽⁸⁾, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

(1) Denominação do adjudicatário.

(2) Morada do adjudicatário.

(3) Sede, filial, agência ou delegação.

(4) Denominação do Banco.

(5) Por extenso, em moeda corrente.

(6) Eliminar o que não interessar.

(7) Identificação do procedimento.

(8) Entidade adjudicante.

ANEXO VI

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia Bancária/Seguro de Caução N.º

Em nome e a pedido de⁽¹⁾, vem o(a)⁽²⁾, pelo presente documento, prestar, a favor da Loulé Concelho Global, E.M., Unipessoal, S.A., com sede na Rua José Afonso, Lote 61 - R/C, código postal 8100-592, em Loulé, pessoa coletiva n.º 505 493 870, uma garantia bancária/seguro-caução⁽³⁾, até ao montante de⁽⁴⁾, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação do concurso público internacional⁽⁵⁾, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos do Capítulo IX, intitulado “Caução”, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A presente garantia corresponde a 5% (cinco por cento) do preço contratual adjudicado e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros⁽⁶⁾ garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (data)

... (assinatura)

(1) Identificação completa da companhia.

(2) Morada da companhia.

(3) Eliminar o que não interessar.

(4) Indicar o valor por extenso.

(5) Identificação do procedimento.

(6) Eliminar o que não interessar.

ANEXO VII

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os dados a Introduzir devem ser introduzidos nos campos com fundo amarelo

1. Qualidade do serviço prestado aos passageiros

40%

Preencher os campos em amarelo

Data Limite para apresentação de propostas

[...]

1.1. Número de veículos			25%
1.1.1. Número de veículos a afetar em exclusividade			70%
Min	Max	Proposto	
5	8		
1.1.2. Número de veículos de substituição			20%
Min	Max	Proposto	
1	3		

1.2. Lugares comerciais oferecidos			25%
Min	Max	Proposto	
144	385		

1.3. Idade média da frota			15%
1.3.1. Idade média dos veículos a afetar em exclusividade			90%
limite para data da primeira matrícula Data da 1ª Matrícula	Idade Dias	Data da primeira matrícula	
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
01/01/2014			
1.3.2. Idade média dos veículos de substituição			10%
Max	Min	Data da primeira matrícula	

01/01/2010		
01/01/2010		
01/01/2010		

1.4. Recursos humanos a afetar à prestação do serviço		10%
1.4.1. Motoristas a afetar à prestação de serviço em exclusividade		90%
Max	Min	Proposto
12	0	
1.4.2. Motoristas a afetar à prestação de serviço em modo de substituição		10%
Max	Min	Proposto
12	0	

1.5. Dispositivo de embarque de passageiros com mobilidade reduzida		10%
Dispositivo	Pontuação DPMR	Proposto
Elevador de funcionamento assistido e rebaixamento do piso da cabine	100	
Elevador de funcionamento assistido	90	
Rampa de funcionamento assistido e rebaixamento do piso da cabine	80	
Rampa de funcionamento assistido	70	
Elevador de funcionamento manual e rebaixamento do piso da cabine	60	
Rampa de funcionamento manual e rebaixamento do piso da cabine	50	
Elevador de funcionamento manual	40	
Rampa de funcionamento manual	30	

1.5 - Deverá preencher com a quantidade de veículos para cada dispositivo

1.6. Transporte de bicicletas	5%
-------------------------------	----

Número de bicicletas que é possível transportar em simultâneo		
Max	Min	Proposto
40	0	

1.7. Sistema de bilhética móvel		5%
Dispositivo	Proposto	
O sistema permite a utilização de bilhética móvel baseada em smartphones com sistema operativo Android e IOS equipados com sistema NFC (Near Field Communication) ou Código QR (Quick Reference)		

1.7 - Responda com sim ou não

1.8. Informação aos passageiros		5%
Número de painéis informativos no interior dos veículos		
Max	Min	Proposto
11	0	

2. Motorização		30%
Número de veículos por motorização		
Dispositivo	Pontuação DPMR	Proposto
Motorização elétrica (M ₁)	100	
Motorização híbrida ou a gás natural (M ₂)	50	
Motorização Euro VI (M ₃)	10	
Motorização Euro V (M ₄)	0	

2 - Deverá preencher com a quantidade de veículos para cada dispositivo

3. Preço por Km em carga		30%
Preço por km em carga proposto		
Min	Max	Proposto
1,005	2,01	